



SENADO FEDERAL

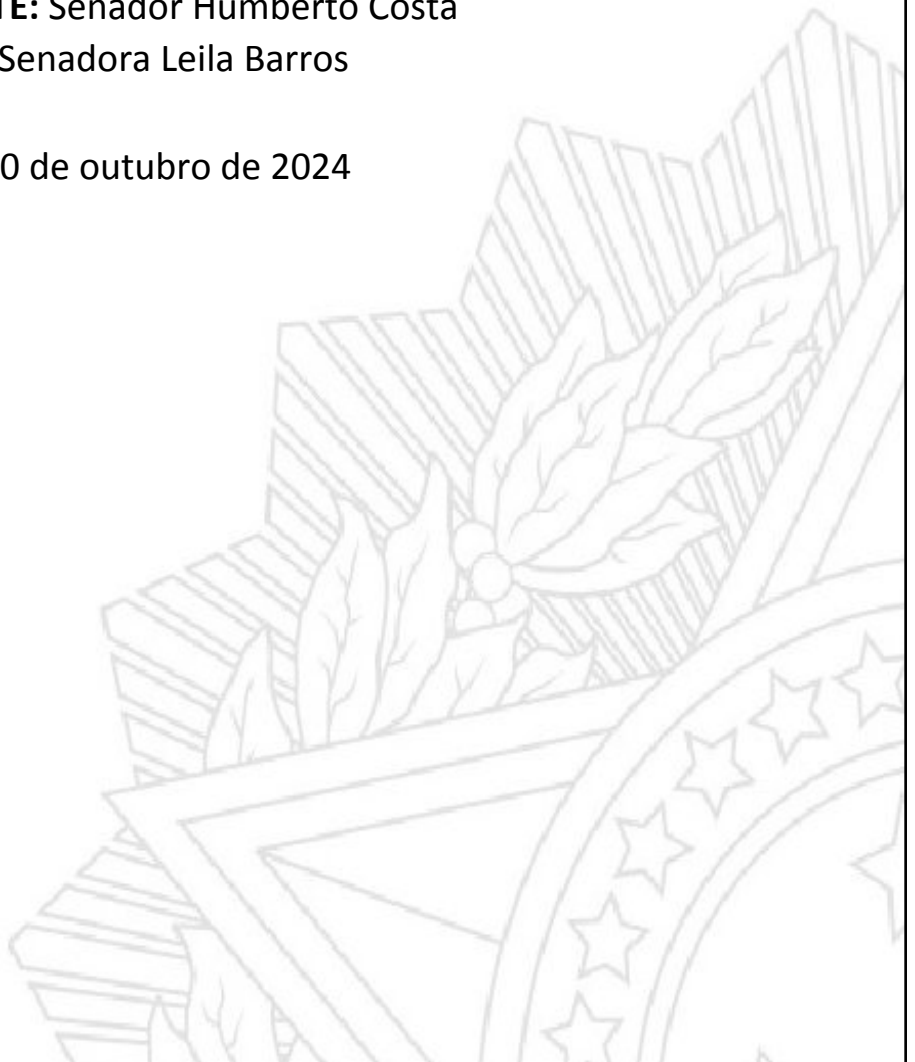
PARECER (SF) Nº 56, DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa

RELATOR: Senadora Leila Barros

30 de outubro de 2024





PARECER N° , DE 2024

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei nº 4.968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.*

Relator: Senador **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei (PL) nº 4.968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que as empresas disponibilizem a seus empregados informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata.

A proposição, em seu art. 1º, insere – na forma estabelecida pela Casa revisora – o art. 169-A na CLT, para determinar que o Poder Executivo fornecerá diretamente às empresas com mais de 50 (cinquenta) empregados ou lhes indicará formalmente a fonte de obtenção de informações sobre campanhas oficiais de vacinação, sobre o papilomavírus humano (HPV) e sobre os cânceres de mama, de colo do útero e de próstata, em conformidade com as orientações e as recomendações do Ministério da Saúde. Além disso, permite que as empresas realizem campanhas de conscientização de seus empregados acerca da importância dos serviços de diagnósticos das



moléstias especificadas no dispositivo que se busca inserir no corpo do texto consolidado.

O art. 2º do PL nº 4.969, de 2020, permite que o empregado se ausente de seu posto de trabalho, por até três dias a cada doze meses, para a realização de exames preventivos de papilomavírus humano (HPV) e de cânceres.

Por fim, o art. 3º estabelece que a lei oriunda da aprovação deste projeto de lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída à CAS.

No prazo regimental, não houve apresentação de emendas ao PL nº 4.968, de 2020.

II – ANÁLISE

Conforme o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe a esta Comissão se manifestar, sobre temas ligados às relações de trabalho.

Não verificamos a existência, além disso, de qualquer impedimento de ordem formal ou constitucional para o processamento da matéria, dado que a iniciativa para o tema pode ser exercida por qualquer parlamentar, conforme os arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição. Não se verifica, tampouco, reserva de iniciativa de outros poderes ou órgãos da União.

Além disso, não há a exigência de lei complementar para a inserção do assunto no ordenamento jurídico nacional.

No mérito, há reparos a fazer na proposição.

Com efeito, o art. 1º da proposição, ao impor obrigação sobre o Poder Executivo, viola a cláusula pétrea da separação de poderes, elencada no art. 60, § 4º, III, da Constituição Federal.



Isso porque não se afigura consentâneo com a ordem constitucional brasileira a aprovação de projeto de lei de autoria parlamentar que contenha ordem a outro Poder da República, como ocorre na hipótese em exame.

Além disso, desnecessário permitir que o empregador realize campanhas de conscientização de seus empregados acerca da importância da prevenção contra o aparecimento das moléstias descritas no PL nº 4.968, de 2020.

Ante o postulado da legalidade (art. 5º, II, da Carta Magna), inexistindo vedação no ordenamento jurídico brasileiro contra tal atitude patronal, ao empresário já é facultado conscientizar os seus prestadores de serviços acerca da importância da aludida prevenção, sendo despicienda, pois, previsão nesse sentido em lei.

Tendo em vista, portanto, o disposto no art. 287 do RISF, que determina que o substitutivo da Câmara a projetos desta Casa é considerado uma série de emendas, devendo ser votado artigo por artigo, recomendável que o art. 1º do substitutivo ao PL nº 4.968, de 2020, seja rejeitado.

A rejeição em testilha, na forma do citado art. 287, tem como consequência o restabelecimento da redação original do art. 1º do PL nº 4.968, de 2020.

O texto aprovado pelo Senado impõe sobre o empregador (e não sobre o Poder Público) a obrigação de realizar as mencionadas campanhas de conscientização, não incorrendo na inconstitucionalidade verificada no substitutivo em exame.

Além disso, o caráter obrigatório da redação original do art. 1º do PL nº 4.968, de 2020, a ele agrega efetividade não existente no substitutivo em análise por esta Casa, que, como visto, apenas faculta ao empregador a realização de campanhas de conscientização.

Não menos importante destacar, também, que o parágrafo único do art. 169-A da CLT, na redação original do PL nº 4.968, de 2020, traz medida salutar de conscientização, no sentido de esclarecer ao trabalhador a



importância de se ausentar de seu posto laboral para a realização de exames preventivos, sem que isso afete a sua remuneração.

Quanto ao art. 2º da proposição, facultar ao empregado deixar de comparecer ao estabelecimento empresarial para a realização de exames preventivos é medida justa que, além de atender aos interesses do trabalhador, tem o potencial de evitar a percepção de benefícios previdenciários como o auxílio-doença, em decorrência de longos afastamentos para o tratamento da saúde do segurado. Trata-se, assim, de medida apta a poupar os cofres previdenciários da concessão de benefícios de longa duração.

A aprovação do art. 2º do substitutivo, combinada com a manutenção do art. 1º do PL nº 4.968, de 2020, em sua redação original, presentearia o trabalhador com um pacote completo para a preservação de sua saúde, que combina a importância da conscientização do obreiro com medidas aptas a possibilitar a prevenção contra o surgimento das moléstias descritas em ambas as versões do PL nº 4.968, de 2020.

III – VOTO

Do exposto, o voto é pela rejeição do art. 1º do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), restabelecendo-se, na forma do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal, o art. 1º do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020, com a redação a ele conferida por esta Casa; e pela aprovação dos arts. 2º e 3º do Projeto de Lei nº 4.968, de 2020 (Substitutivo da Câmara dos Deputados).

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

**Relatório de Registro de Presença****34ª, Extraordinária**

Comissão de Assuntos Sociais

Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO)		
TITULARES		SUPLENTES
JAYME CAMPOS	PRESENTE	1. RENAN CALHEIROS
SORAYA THRONICKE		2. ALAN RICK
VENEZIANO VITAL DO RÊGO		3. MARCELO CASTRO
GIORDANO		4. DAVI ALCOLUMBRE
IVETE DA SILVEIRA		5. CARLOS VIANA
STYVENSON VALENTIM		6. WEVERTON
LEILA BARROS	PRESENTE	7. ALESSANDRO VIEIRA PRESENTE
IZALCI LUCAS	PRESENTE	8. FERNANDO DUEIRE PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PT, PSD)		
TITULARES		SUPLENTES
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. OTTO ALENCAR
MARA GABRILLI		2. NELSON TRAD PRESENTE
ZENAIDE MAIA	PRESENTE	3. DANIELLA RIBEIRO
JUSSARA LIMA		4. VANDERLAN CARDOSO
PAULO PAIM	PRESENTE	5. TERESA LEITÃO PRESENTE
HUMBERTO COSTA	PRESENTE	6. FABIANO CONTARATO PRESENTE
ANA PAULA LOBATO		7. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)		
TITULARES		SUPLENTES
ROMÁRIO	PRESENTE	1. ROGERIO MARINHO
EDUARDO GIRÃO		2. MAGNO MALTA
WILDER MORAIS		3. JAIME BAGATTOLI

Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)		
TITULARES		SUPLENTES
LAÉRCIO OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS PORTINHO
DR. HIRAN	PRESENTE	2. ASTRONAUTA MARCOS PONTES PRESENTE
DAMARES ALVES	PRESENTE	3. CLEITINHO

Não Membros Presentes

LUCAS BARRETO
PROFESSORA DORINHA SEABRA
MARCOS DO VAL
ZEQUINHA MARINHO
BETO FARO

DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4968/2020 (Substitutivo-CD))

NA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA LEILA BARROS, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAS, CONTRÁRIO AO ART. 1º DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 4968, DE 2020, COM O REESTABELECIMENTO DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI Nº 4968, DE 2020, E FAVORÁVEL AOS ART. 2º E 3º DO SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 4968, DE 2020.

30 de outubro de 2024

Senador Humberto Costa

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais